



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Contratação do serviço de transporte por meio de aplicativo para as Zonas Eleitorais do interior do Estado do Pará.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

Necessidade de propiciar o transporte de Magistrados, Servidores e colaboradores a serviço do TRE-PA, visando garantir meios para que os mesmos possam promover a prestação de suas funções institucionais, com eficiência.

Atualmente a expansão dos serviços de transporte por aplicativo para o interior do Estado permite novas soluções para as demandas de transporte das zonas eleitorais, que não envolvam a aquisição/aluguel de veículos, o custo com combustível e manutenção, tampouco a contratação de motorista exclusivo.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

Não houve contratação similar para as zonas do interior do Estado.

Por meio do Pregão Eletrônico nº 9/2020 (Processo SEI 0005859-93.2019.6.14.8000 - edital de evento 0995755), foi licitado os serviços de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros, sob demanda, que possibilite a operação e a gestão de solicitação de viagem, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, para atender profissionais e colaboradores, exclusivamente a serviço do TRE/PA, em deslocamentos nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, sob o regime de empreitada por preço unitário. O contrato nº 32/2022 (evento SEI 1041607), encontra-se vigente até **12/05/2025**.

O grande desafio é encontrar uma solução para atendimento às demandas de transporte das zonas eleitorais do interior do estado, principalmente nas localidades mais distantes.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação (transporte terrestre de pessoas, por meio de aplicativo) é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, conforme já constatado em contratação anterior para a capital e região metropolitana e no levantamento de mercado, verificando-se várias soluções passível de contratação por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

2.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, da Instrução

Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e da Resolução TSE nº 23.702/2022, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.1.3. O objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

(X) SIM () NÃO

2.2.3. A necessidade do serviço de transporte por meio de aplicativo é de natureza continuada, com uso mais frequente no períodos eleitorais, quando há um aumento significativo na demanda por deslocamento de servidores, materiais e documentos. Além dos períodos eleitorais, a manutenção de um serviço contínuo é fundamental para atender a outras necessidades administrativas e operacionais que possam surgir ao longo do ano, garantindo a eficiência das atividades administrativas, judiciais e eleitorais. Portanto, a contratação de um serviço de transporte contínuo garante a disponibilidade de locomoção adequados e ágeis, adaptando-se às variações de demanda e garantindo a qualidade dos serviços prestados. Os serviços serão utilizados para as mais variadas atividades, tais como: notificação de eleitores, convocação de mesários, vistoria de locais de votação, diligências administrativas e judiciais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme justificativa apresentada no item 2.2.1.

2.2.1. Vigência plurianual

(X) SIM, conforme justificativa abaixo. () NÃO

Sugere-se a vigência plurianual considerando possível economia de escala na contratação, haja vista que um período mais longo de vigência do contrato pode resultar em descontos decorrentes da redução de custos com amortização dos investimentos com equipamentos e sistemas (aplicação web) para atendimento da demanda, bem como garantir maior eficiência na gestão do contrato, incentivo à melhoria contínua da qualidade do serviço pela contratada, maior estabilidade e segurança administrativa e jurídica para as partes, entre outros fatores. Assim, permitir uma vigência inicial de 5 (cinco) anos pode trazer maior vantagem econômica para a Administração, ao permitir maior previsibilidade à contratada quanto ao contrato, de forma que ela possa diluir os seus custos iniciais ao longo de toda a vigência contratual.

2.3. Regime de Execução

(X) Empreitada por preço unitário

Diante da imprecisão dos quantitativos, em razão dos serviços serem solicitados conforme a demanda dos usuários e para percursos variados, entende-se que o regime mais adequado para a contratação é a empreitada por preço unitário, para pagamento do serviço efetivamente prestado.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

2.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

() Sim (X) Não

A princípio, não se verifica a aplicação de nenhuma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, justificadoras da adoção do SRP.

Vejam os a redação do dispositivo citado:

Art. 3º. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Apesar de não ser possível definir com precisão o quantitativo a ser demandado, entende-se que a contratação convencional, **por demanda**, atende a necessidade da Administração.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☒ SIM ☐ NÃO

Poderá ser admitida a subcontratação parcial do objeto, relativamente a disponibilização de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, nos termos do art. 122 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e nas condições previstas no TR e contrato, como meio de ampliar a disputa e/ou atender a condição específica do mercado.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Será vedado a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação no § 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021.

Sem prejuízo das demais responsabilidades, a empresa Contratada deverá se comprometer a não subcontratar empresa prestadora de serviços que:

- Seja inidônea;
- Desrespeite as garantias legais dos trabalhadores;
- Utilize mão de obra infante-juvenil;
- Faça uso de mão de obra escrava ou análoga à condição de escravo;
- Não adote práticas sustentáveis nos negócios.

As empresas subcontratadas deverão preencher os requisitos da qualificação técnica da atividade que irão exercer, conforme consta no Termo de Referência.

A Contratada deverá apresentar declaração, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, informando se executará ou subcontratará serviços.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

2.6. Garantia Contratual

☐ SIM ☒ NÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação **dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, pelo motivo da contratação não exigir dedicação exclusiva de mão de obra e não ter sido identificado riscos significativos na fase de execução do objeto.

2.7. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Não há necessidade de previsão de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

2.8. Requisitos legais

O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Nacional);
- Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) - que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Todos os motoristas devem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com o tipo de veículo utilizado.

Os veículos devem estar em conformidade com as exigências de segurança, manutenção e inspeção periódica.

2.9. Requisitos temporais

Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile;

O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo máximo de atendimento de cada demanda será de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora de cada solicitação de serviço pelo usuário.

2.10. Vistoria Técnica

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

Não há necessidade/viabilidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista os vários locais de execução.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam, especialmente, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Resolução CNJ nº 400/2021, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

a) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1/1993 e nº 272/2000 e legislação correlata.

b) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18/1986, e nº 315/2002 e legislação correlata.

c) É desejável que o veículo a ser utilizado na execução dos serviços possua a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

A integração desses critérios e práticas de sustentabilidade na contratação dos serviços deste estudo não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também promove a responsabilidade social e a melhoria da qualidade do serviço prestado, alinhando-se aos princípios da administração pública responsável e consciente.

Durante todo o processo de contratação deverão ser adotadas práticas que busquem equilíbrio entre sustentabilidade, economicidade e competitividade, além de uma avaliação de custos e benefícios com planejamento a longo prazo, subordinando a eficiência à eficácia.

2.12. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

No âmbito da discricionariedade conferida ao gestor, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento recomenda a não participação de empresas organizadas em consórcio, por entender que há quantidade razoável de empresas que atuam no mercado de forma independente, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido, bem como do maior risco de fiscalização e gestão contratual.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Será permitida a participação de cooperativas na licitação, desde que atendidas as condições previstas no art. 16 da Lei nº 14.133/21 e no edital.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

Há vedação à participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

2.15. Tratamento diferenciado para ME e EPP

Esta contratação não se enquadra nos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto 8.538/15, devido o valor total estimado do **grupo de itens** ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.16. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? ☒ SIM ☐ NÃO

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis,

tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento.

A sua utilização é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem o qual o serviço, mesmo que prestado na sua totalidade, não se mostra adequado. Assim, a regra é que quaisquer serviços devem ser prestados na quantidade, tempo e modo previstos no edital, entretanto, há algumas espécies de objeto em que além desses requisitos, a qualidade deve ser aferida para que seja considerada a execução na sua plenitude, não bastando que simplesmente o serviço seja concluído pelo contratado.

Contudo, é imprescindível que a natureza dos serviços a serem contratados possibilite a aferição da qualidade em que será prestado, cuja escolha de atividades (preferencialmente mais relevantes) e indicadores mínimos de desempenho devem ser previamente delineados para que o contratado tenha ciência e cautela na execução, pois a utilização do IMR, ou outro instrumento substituto, permitirá ao gestor glosar o pagamento de serviços não prestados ou prestados em desconformidade com o previsto no edital e anexos.

Portanto, para correta aplicação do instrumento, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, conseqüentemente, o montante devido em pagamento.

No caso, a contratação em questão possui um tipo de objeto que permite uma medição de produtividade e qualidade no sentido estrito, possuindo mecanismos objetivos e informatizados para a sua aferição, considerando que os serviços serão prestados por meio de aplicação web e aplicativo mobile, local de onde se poderá retirar os dados necessários para a aferição da qualidade do serviço prestado pela contratada.

Nesse contexto, mostra-se razoável a adoção do IMR para medir o cumprimento de obrigações contratuais diretamente relacionadas à produtividade/qualidade do serviço.

2.17. Transição contratual

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas.

2.18. Atendimento ao princípio da padronização (Art. 47, I, da Lei 14.133/21)

2.18.1. Conforme o disposto no art. 47, I, da Lei 14.133/21, é imperativo atender ao princípio da padronização na contratação de serviços, bens e obras pela Administração Pública.

2.18.2. No que diz respeito ao **serviço de agenciamento de transporte terrestre por aplicativo** a ser contratado, para atender a esse princípio implementaremos as seguintes medidas:

- 1) **Elaboração de Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações técnicas detalhadas que descrevam de forma precisa e clara os requisitos para o serviço objeto deste estudo, tais como, normas aplicáveis, características dos veículos e critérios para os motoristas, soluções tecnológicas a ser disponibilizadas, prazos e condições de execução, fixação de critérios de qualidade, segurança e medição etc. Essas especificações serão elaboradas de acordo com as normas e padrões reconhecidos na área, garantindo a qualidade e eficácia do serviço.
- 2) **Utilização de Termo de Referência Padronizado:** O Termo de Referência utilizado no edital de licitação será padronizado, conforme modelo atualizado e disponível no sei, estabelecendo requisitos uniformes para os licitantes. Isso permitirá uma avaliação justa e igualitária das propostas apresentadas.
- 3) **Adoção de Contratos-Modelo:** Utilizaremos contratos-modelo que incluem cláusulas padrão para os serviços do objeto em destaque. Essas cláusulas incluirão disposições relacionadas a prazos, entregas, qualidade do serviço, responsabilidades das partes, entre outros aspectos relevantes.
- 4) **Adoção de lista de verificação e instrumentos de padronização dos procedimentos de contratações (AGU).**

2.18.4. Ao adotar essas medidas, asseguramos que o serviço contratado estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas aquisições públicas.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Análise de mercado e contratações públicas:

A análise de mercado consiste em colher informações sobre as soluções disponíveis e fornecedores aptos à execução do serviço pretendido. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa aos dados disponíveis na web, em especial no PNCP. As principais informações e conclusões determinadas pela análise do mercado de prestação de serviços de transporte terrestre de pessoas e materiais são apresentadas nos itens abaixo.

3.2. Identificação das soluções disponíveis

A solução de transporte terrestre de pessoas e materiais, atualmente pode ser prestada das mais diversas maneiras. Dentre elas temos como principais exemplos:

3.2.1. Frota oficial própria:

O transporte desta modalidade de frota, que pode ser conduzida por servidores ou terceirizados, exige aquisição de veículos oficiais, celebração de contratos de manutenção, de seguro, de fornecimento de combustíveis, de fornecimento de serviços de condução, além das despesas administrativas, estruturais de guarda e de regularização da frota.

Esta opção é a adotada parcialmente por este Regional. Porém ocorre que a sua adoção para cumprimento integral das demandas não demonstra ser a opção economicamente mais atrativa em virtude da necessidade de se manter um quantitativo de veículos e um quadro de condutores que, em razão da natureza das demandas, ficariam subutilizados nas zonas do interior do estado, que não demandam tanta necessidade de transporte a serviço, gerando custos desnecessários aos cofres públicos.

3.2.2. Terceirização exclusiva da frota (locação de veículos):

O transporte desta modalidade terceiriza os veículos (que poderão ser conduzidos por servidores ou terceirizados), por meio da celebração de contrato de locação de veículos. Nesta modalidade dispensa-se a celebração de contrato de manutenção e despesas de regularização dos veículos. O serviço de locação, mesmo permitindo o franqueamento de quilometragem fixa ou livre, mantém a necessidade de celebração de contratos de fornecimento de combustíveis, fornecimento de serviços de condução, além das despesas estruturais de guarda dos veículos, bem como os veículos ficariam subutilizados nas zonas do interior do estado, que não demandam tanta necessidade de transporte a serviço, gerando custos desnecessários aos cofres públicos.

Esta opção é a adotada parcialmente por este Regional, em sua sede, considerando a grande demanda pelo serviço e os diversos imóveis existentes em Belém e região metropolitana que podem ser atendidas pelo referido serviço.

3.1.3. Terceirização conjunta da frota e do serviço de condução: Serviço de locação de veículos com condutores com aporte exclusivo de mão de obra:

Nessa modalidade os veículos e condutores ficam à disposição do Contratante durante o período contratado, independentemente da demanda. Tal modalidade dispensa a celebração de contratos de manutenção, fornecimento de serviços de condução além das despesas administrativas de regularização e gestão da frota. Esta opção é a adotada parcialmente por este Regional, em sua sede e região metropolitana, considerando a grande demanda pelo serviço e os diversos imóveis existentes em Belém e região metropolitana que podem ser atendidas pelo referido serviço.

3.1.4. Serviço de táxi

Nessa modalidade os serviços são prestados por empresas e cooperativas, sob demanda, remuneradas mediante tarifa pública. O serviço é caracterizadas pela realização de agenciamento de serviço de táxi, com intenso movimento de incorporação de tecnologia nas suas operações, de forma a possibilitar acesso aos seus serviços por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

3.1.5. Serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros

Nessa modalidade de transportes os serviços são prestados sob demanda, através de plataformas de aplicativo, sem aporte exclusivo da frota e da mão de obra. Através do aplicativo, é feita a solicitação do serviço para uma viagem específica. A contratada disponibilizará o veículo e o motorista e todas as despesas deverão ser incluídas no valor da viagem.

As operações consistem basicamente no agenciamento do transporte por meio de solução tecnológica baseada no uso de aplicação web e aplicativo mobile, mediando as demandas dos usuários e as ofertas dos motoristas prestadores do serviço, inclusive o processo de pagamento.

3.2. Comparação das soluções

a) Frota Própria: essa solução de transporte, que pode ser conduzida por servidores ou terceirizados, exige aquisição de veículos oficiais, celebração de contratos de manutenção, fornecimento de combustíveis, contratação de seguros, contratação de serviço de rastreamento, fornecimento de serviços de condução, além das despesas administrativas, estruturas de guarda e de regularização da frota. Esta opção foi adotada parcialmente por este Regional, prioritariamente para dotar algumas Zonas Eleitorais do Interior do Estado. Porém ocorre que a sua adoção para cumprimento integral das demandas não demonstra ser a opção economicamente mais atrativa em virtude da necessidade de se manter um quantitativo de veículos e um quadro de condutores, em razão da natureza.

b) Locação de veículos: é a solução/forma praticada majoritariamente pelo TRE-PA. Trata-se de fornecimento de veículos por parte de empresas contratadas. Os valores são prefixados e são pagos independentemente do seu uso. Além da locação dos veículos, é necessária a contratação de condutores terceirizados, bem como a aquisição de combustível. Tal forma de contratação tem se mostrado extremamente onerosa aos cofres do Tribunal, tendo em vista que são necessárias diversas contratações para o oferecimento do serviço de transporte, soma-se a isso o fato do Tribunal pagar mensalmente pelos serviços ainda que não tenham sido usados.

c) Terceirização conjunta da frota e do serviço de condução: Essa modalidade também exige a permanência contínua dos veículos e motoristas nas dependências do Tribunal, independente da demanda, tal serviço, mesmo permitindo o franqueamento de quilometragem fixa ou livre, mantém a necessidade de celebração de contratos de fornecimento de combustíveis e despesas estruturais de guarda dos veículos. Os preços das empresas locadoras de veículos e das empresas/cooperativas de serviço de transporte são fortemente impactados pela disponibilização com exclusividade e em tempo integral dos veículos e motoristas para o contratante, inclusive horário noturno, sábados, domingos e feriados, havendo, portanto, situações de ociosidade e, em grande parte das vezes, deslocamento dos veículos sem passageiros até os pontos de partida das viagens;

d) Serviços de Taxi: Nessa modalidade os serviços são prestados por empresas e cooperativas, sob demanda. O serviço é caracterizado pela realização de agenciamento de serviço de táxi, com intenso movimento de incorporação de tecnologia nas suas operações, de forma a possibilitar acesso aos seus serviços por meio de aplicação web e aplicativo mobile. Tal modalidade dispensa a celebração de contratos de manutenção, fornecimento de combustíveis, fornecimento de serviços de condução além de dispensar despesas administrativas de regularização e gestão da frota e despesas estruturais de guarda dos veículos. Os preços dos serviços de táxi são definidos através de preço público, mediante legislação municipal. O valor é pautado por 3 (três) variáveis: valor inicial da corrida, valor por distância percorrida e valor por tempo parado.

e) Serviços de Transporte Individual Privado de Passageiros: Nessa modalidade de transportes os serviços são prestados sob demanda sem aporte exclusivo da frota e da mão de obra. Sua remuneração é maleável, podendo se ajustar às necessidades da Contratante seja por diárias, mensalidades, horas paradas, quilômetros rodados ou por serviço realizado, dependendo dos termos convencionados. Tal modalidade dispensa a celebração de contratos de manutenção, fornecimento de combustíveis, fornecimento de serviços de condução além de dispensar despesas administrativas de regularização e gestão da frota e despesas estruturais de guarda dos veículos. Os preços dos serviços possuem similaridades com o praticado no serviço de táxi, possuindo as mesmas 3 (três) variáveis de precificação que aquele serviço possui. O diferencial entre ambos consiste na chamada tarifa dinâmica, que é um algoritmo de precificação de cada empresa que considera a oferta e a demanda do serviço como parâmetros de multiplicação do valor.

3.3. Solução mais vantajosa

A presente análise de mercado aponta maior vantajosidade na última modalidade descrita, qual seja, **Serviços de Transporte Individual Privado de Passageiros**, uma vez que o Tribunal pagará apenas pelos serviços efetivamente utilizados, deixando de dispor de recursos para manutenção de veículos, seguro, regularização da frota, pagamento de serviço de condutores e combustíveis.

A contratação também aumentaria a eficiência para o desenvolvimento das atividades das Zonas Eleitorais, excluindo intercorrências normais que acontecem em virtude de manutenção preventiva e corretiva dos veículos Oficiais, bem como atenderia a demanda dos servidores que se deslocam para atendimento de diversas atividades das Zonas Eleitorais.

Ademais, os preços dos serviços possuem similaridades com o praticado no serviço de táxi, porém, com o diferencial da chamada tarifa dinâmica, que é um algoritmo de precificação de cada empresa que considera a oferta e a demanda do serviço como parâmetros de multiplicação do valor.

Alternativamente, é viável a permissão do serviço de transporte por aplicativo ser complementado por meio de cooperativas de taxi que disponibilizem a solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações por meio de aplicação web, aplicativo mobile.

3.4. Contratações públicas similares identificadas e analisadas

Foram encontradas licitações similares dentro do Compras.gov.br e PNCP, resumidas no quadro abaixo:

1. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024 (<https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1270>)

Objeto: Contratação de serviços de agenciamento/intermediação de transporte terrestre de pessoas, por demanda, no âmbito do estado da Bahia, utilizando solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações por meio de aplicação web, aplicativo mobile.

Critério de julgamento: menor preço global.

Unidade de medida: km

Subcontratação: Não permitida

2. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2024 (<https://pncp.gov.br/app/editais/00531640000128/2024/110>)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do STF, por demanda, no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Critério de julgamento: menor preço.

Unidade de medida: km

Subcontratação: SIM (A CONTRATADA poderá subcontratar os canais de atendimento ao usuário, inclusive o desenvolvimento do aplicativo de celular, por não serem considerados a parcela de maior relevância e valor significativo do objeto, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

3. DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90015/2024
(<https://pncp.gov.br/app/editais/00375114000116/2024/78>)

Objeto: Registro de Preços para contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender às necessidades da DPU em âmbito nacional.

Critério de julgamento: menor preço global.

Unidade de medida: km

Subcontratação: SIM

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

Solução de Agenciamento/Intermediação de Transporte por Aplicação Web e Mobile.

4.1. A solução proposta visa o fornecimento de serviços de transporte por meio de aplicação *web* e aplicativo

mobile, conforme requisitos e funcionalidades especificadas no Termo de Referência, para atender as necessidades de deslocamento terrestre dos magistrados e servidores situados no interior do estado do Pará a serviço, realizados por demanda. Esta iniciativa busca oferecer um meio de transporte eficiente, seguro e econômico, especialmente durante os períodos eleitorais, quando há um aumento significativo na demanda pelo serviço.

4.2. A facilidade para o usuário é parte fundamental na solução, uma vez que para ocorrer a solicitação do serviço pelo usuário, sem recorrer ao gestor do serviço, basta apenas cadastro no sistema, o aplicativo *mobile* instalado ou o acesso à aplicação web e acesso a internet. Essa facilidade, somada ao fato que relatórios online possibilitam transparência e controle sobre o serviço, com acesso a todas as informações das corridas realizadas, permite a desburocratização do serviço de transporte, com a aplicação de controles posteriores apenas sobre os usos com aparente desvio, aumentando a eficiência sobre a gestão do serviço.

4.3. A requisição do serviço é enviada à motoristas cadastrados no sistema para o atendimento em tempo mínimo determinado no Termo de Referência.

4.4. A corrida será efetivamente iniciada após o embarque do usuário, finalizando no desembarque, caracterizando um serviço sobre demanda, em que há cobrança apenas em relação ao uso do serviço propriamente dito.

4.5. Após o encerramento da corrida o usuário que utilizou o serviço receberá, **por e-mail**, uma cópia do recibo eletrônico da corrida, com informações sobre o serviço. Haverá neste e-mail um espaço para avaliação, buscando assim a manutenção da qualidade do serviço, não apenas quanto ao tempo de atendimento.

4.6. No início do mês seguinte, as corridas realizadas serão avaliadas pelo gestor do contrato, para fins de medição e faturamento, fazendo uma análise quanto à incorreções em registros de corridas prestados, bem como sobre a qualidade do serviço.

4.7. O serviço deve ser executado observando-se as especificações e condições estabelecidas neste Estudo e no TR, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

4.7.1 Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile são, entre outras:

- 1) O acesso inicial à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senha pessoais cadastradas pelos próprios usuários;
- 2) Disponibilidade de relatórios do serviço em tempo real;
- 3) Possibilidade de requisição do serviço por meio de aplicação web ou aplicativo mobile.

4.7.2 As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile, sendo observadas as seguintes condições:

- 1) Disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação em prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora da solicitação, a ser definido no Termo de Referência;
- 2) Cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;
- 3) Cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a Contratante do valor correspondente a **30%** do inicial da corrida;
- 4) Apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;
- 5) Proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros.

4.8. Os serviços serão prestados nas áreas urbanas, no âmbito dos municípios do interior do Estado do Pará, listados na tabela do item a seguir, incluindo todos os bairros e distritos, conforme cronograma de implantação dos serviços.

4.9. Tratando a solução de agenciamento/intermediação de serviços de transporte por meio de aplicação web e

aplicativo *mobile*, o objeto poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviços de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, ou prestação de serviços de transporte por locação de veículos, conforme condições e quantidades especificadas no Termo de Referência, considerando que o ajuste não tem como objeto a contratação de serviços de transporte, mas de solução que gerencie o chamamento de condutores vinculados à futura contratada, empregados ou autônomos.

4.10. A contratação terá como unidade de referência o quilômetro rodado, para fins de obtenção do valor médio estimado, mensal e anual.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1 A tabela abaixo apresenta a estimativa mensal e anual de quilômetros rodados por Zona Eleitoral do interior do estado do Pará. A estimativa foi obtida por meio de pesquisa junto às Zonas Eleitorais. Além disso, foi incluída a estimativa de deslocamento do município-sede para o município-termo, considerando um deslocamento de ida e volta por mês:

UNIDADES	MUNICÍPIO TERMO	QUANTIDADE MÁXIMA MENSAL ESTIMADA EM KM (PARA TODAS AS ZONAS)	DESLOCAME AO MUNICÍPIO- TERMO EM QUILÔMETR	QUILÔMETROS EXTRAS PARA ZONAS COM MUNICÍPIO- TERMO. (UMA IDA POR MÊS EM CADA MUNICÍPIO)	TOTAL MENSAL (KM)	QUANTIDA ANUAL ESTIMADA (KM)
02ª ZE – CACHOEIRA DO ARARI	SANTA CRUZ DO ARARI	100	49	98	198	2376
03ª ZONA ELEITORAL - SOURÉ	SALVATERRA	100	7	14	114	1368
04ª ZONA ELEITORAL - CASTANHAL	SANTA MARIA DO PARÁ INhangapi	100	46 (Inhangapi) 42 (Santa Maria)	176	276	3312
05ª ZONA ELEITORAL - IGARAPÉ-AÇU	SÃO FRANCISCO DO PARÁ MAGALHÃES BARATA	100	24 (São Francisco) 41 Magalhães Barata)	130	230	2760
06ª ZONA ELEITORAL - IGARAPÉ-MIRI		100			100	1200
07ª ZONA ELEITORAL - ABAETETUBA		100			100	1200
08ª ZONA ELEITORAL - VIGIA	COLARES SÃO CAETANO DE ODIVELAS	100	46 (Colares) 25 (São Caetano)	142	242	2904
09ª ZONA ELEITORAL - CURUÇÁ	SÃO JOÃO DA PONTA	100	43 KM	86	186	2232

10ª ZONA ELEITORAL - MUANÁ		100			100	1200
11ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	IRITUIA	100	23	46	146	1752
12ª ZONA ELEITORAL - CAMETÁ		100			100	1200
13ª ZONA ELEITORAL - BRAGANÇA	TRACUATEUA	100	16	32	132	1584
14ª ZONA ELEITORAL - VISEU	CACHOEIRA DO PIRIÁ	100	98		100	1200
15ª ZONA ELEITORAL - BREVES	BAGRE	100	Não existe trajeto por estrada		100	1200
16ª ZONA ELEITORAL - AFUÁ		100			100	1200
17ª ZONA ELEITORAL - CHAVES		100			100	1200
18ª ZONA ELEITORAL - ALTAMIRA	BRASIL NOVO VITÓRIA DO XINGU	100	43 (Brasil Novo) 49 (Vitória do Xingú)	184	284	3408
19ª ZONA ELEITORAL - MONTE ALEGRE		100			100	1200
20ª ZONA ELEITORAL - SANTARÉM	MOJUÍ DOS CAMPOS	100	34	68	168	2016
21ª ZONA ELEITORAL - ALENQUER	CURUÁ	100	144	288	388	4656
22ª ZONA ELEITORAL - ÓBIDOS		100			100	1200
23ª ZONA ELEITORAL - MARABÁ	NOVA IPIXUNA	100	60	120	220	2640
24ª ZONA ELEITORAL - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA SANTA MARIA DAS BARREIRAS	100	194 (Floresta do Araguaia) 135 (Santa Maria Das Barreiras)	638	738	8856
25ª ZONA ELEITORAL - CAPANEMA	PEIXE-BOI	100	19	38	138	1656
26ª ZONA ELEITORAL - GURUPÁ		100			100	1200

27ª ZONA ELEITORAL - PONTA DE PEDRAS		100			100	1200
31ª ZONA ELEITORAL - MARACANÃ		100			100	1200
32ª ZONA ELEITORAL - MARAPANIM	TERRA ALTA	100	51	102	202	2424
33ª ZONA ELEITORAL - NOVA TIMBOTEUA	QUATIPURU SANTARÉM NOVO PRIMAVERA	100	77 (Quatipuru) 41 (Santarém Novo) 63 (Primavera)	362	462	5544
34ª ZONA ELEITORAL - ITAITUBA	TRAIRÃO AVEIRO	100	87 (Trairão) Não existe Trajeto por estrada para Aveiro	174	274	3288
35ª ZONA ELEITORAL – BAIÃO	MOCAJUBA	100	34	68	168	2016
36ª ZONA ELEITORAL - SANTA IZABEL DO PARÁ	SANTA BÁRBARA DO PARÁ SANTO ANTÔNIO DO TAUA	100	28 (Santa Barbara) 18 (Santo Antônio)	92	192	2304
37ª ZONA ELEITORAL – MOJU		100			100	1200
38ª ZONA ELEITORAL - ORIXIMINÁ		100			100	1200
39ª ZONA ELEITORAL - TOMÉ-AÇU		100			100	1200
40ª ZONA ELEITORAL – TUCURUÍ		100			100	1200
41ª ZONA ELEITORAL – OURÉM	SANTA LUZIA DO PARÁ BONITO	100	45 (Santa Luzia) 46 (Bonito)	182	282	3384
42ª ZONA ELEITORAL – PARAGOMINAS		100			100	1200
44ª ZONA ELEITORAL - PORTEL		100			100	1200
45ª ZONA ELEITORAL - OEIRAS DO PARÁ		100			100	1200
46ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ARAGUAIA		100			100	1200

48ª ZONA ELEITORAL - SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA		100			100	1200
49ª ZONA ELEITORAL - MÃE DO RIO	IPIXUNA DO PARÁ AURORA DO PARÁ	100	50 (Ipixuna) 10 (Aurora do Pará)	120	220	2640
50ª ZONA ELEITORAL - CASTANHAL	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	100	63	126	226	2712
51ª ZONA ELEITORAL - RONDON DO PARÁ	ABEL FIGUEIREDO	100	43	86	186	2232
52ª ZONA ELEITORAL - AUGUSTO CORRÊA		100			100	1200
53ª ZONA ELEITORAL - SÃO FÉLIX DO XINGU		100			100	1200
54ª ZONA ELEITORAL - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO		100			100	1200
55ª ZONA ELEITORAL – ALMEIRIM		100			100	1200
56ª ZONA ELEITORAL – ITUPIRANGA		100			100	1200
57ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA / PALESTINA DO PARÁ / SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	100	80 (Palestina) 73 (Brejo Grande) 27 (São Domingos)	360	460	5520
58ª ZONA ELEITORAL – CURIONÓPOLIS	ELDORADO DOS CARAJÁS	100	33 km	66	166	1992
59ª ZONA ELEITORAL – REDENÇÃO	PAU D'ARCO CUMARU DO NORTE	100	26 (Pau D'arco) 93 (Cumaru)	238	338	4056
60ª ZONA ELEITORAL - RIO MARIA	BANNACH	100	70	140	240	2880
61ª ZONA ELEITORAL – XINGUARA	SAPUCAIA ÁGUA AZUL DO NORTE	100	35 (Sapucaia) 78 (Água Azul do Norte)	226	326	3912

62ª ZONA ELEITORAL - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PIÇARRA	100	44	88	188	2256
64ª ZONA ELEITORAL – SALINÓPOLIS	SÃO JOÃO DE PIRABAS	100	39	78	178	2136
65ª ZONA ELEITORAL – BARCARENA		100			100	1200
68ª ZONA ELEITORAL – RURÓPOLIS	PLACAS	100	88	176	276	3312
69ª ZONA ELEITORAL – JACUNDÁ		100			100	1200
70ª ZONA ELEITORAL - CAPITÃO POÇO		100			100	1200
74ª ZONA ELEITORAL – TUCUMÃ	OURILÂNDIA DO NORTE	100	9	18	118	1416
75ª ZONA ELEITORAL - PARAUPEBAS	CANAÃ DOS CARAJÁS	100	66	132	232	2784
79ª ZONA ELEITORAL – URUARÁ		100			100	1200
80ª ZONA ELEITORAL – PACAJÁ	ANAPU	100	79	128	228	2736
81ª ZONA ELEITORAL - GARRAÇÃO DO NORTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	100	45	90	190	2280
82ª ZONA ELEITORAL - PORTO DE MOZ		100			100	1200
83ª ZONA ELEITORAL - SANTARÉM		100			100	1200
6584ª ZONA ELEITORAL - DOM ELISEU	ULIANÓPOLIS	100	63	126	226	2712
85ª ZONA ELEITORAL – MEDICILÂNDIA		100			100	1200
86ª ZONA ELEITORAL - CURRALINHO		100			100	1200
87ª ZONA ELEITORAL - CONCÓRDIA DO PARÁ	BUJARU	100	70	140	240	2880
88ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO AJURU		100			100	1200

89ª ZONA ELEITORAL - TERRA SANTA	FARO	100	78	156	256	3072
90ª ZONA ELEITORAL – ANAJÁS		100			100	1200
91ª ZONA ELEITORAL - NOVO PROGRESSO		100			100	1200
92ª ZONA ELEITORAL – PRAINHA		100			100	1200
93ª ZONA ELEITORAL – TAILÂNDIA		100			100	1200
94ª ZONA ELEITORAL – ACARÁ		100			100	1200
99ª ZONA ELEITORAL - MELGAÇO		100			100	1200
100ª ZONA ELEITORAL – MARABÁ	BOM JESUS DO TOCANTINS	100	78	156	256	3072
101ª ZONA ELEITORAL - NOVO REPARTIMENTO		100			100	1200
102ª ZONA ELEITORAL – JACAREACANGA		100			100	1200
103ª ZONA ELEITORAL - BREU BRANCO	GOIANÉSIA DO PARÁ	100	60	120	220	2640
104ª ZONA ELEITORAL – SANTARÉM	BELTERRA	100	49	98	198	2376
105ª ZONA ELEITORAL – JURUTI		100			100	1200
106ª ZONA ELEITORAL – PARAUAPEBAS		100			100	1200
TOTAL		8.700		5908	14.608	175.296

5.2. A presente contratação é inédita para as zonas eleitorais, não possuindo a Administração referência anterior que permita aferir com precisão a quantidade de quilômetros necessária para atendimento das unidades do interior do estado.

Ressalta-se que as distâncias consideradas foram aferidas por meio da ferramenta Google Maps, adotando-se como referência os trajetos rodoviários entre os municípios sede e seus respectivos municípios termos.

Dessa forma, adotou-se como critério de estimativa a fixação de uma franquia básica mensal de 100 km por zona eleitoral, acrescida da distância entre o município sede e o(s) respectivo(s) município(s) termo(s), considerando, para fins de cálculo, a realização de 1 (um) deslocamento mensal para cada município termo, contemplando o percurso de ida e volta.

5.3. Assim, a quantidade estimada de deslocamento mensal por zona eleitoral foi definida a partir da soma da franquia base (100 km) com as distâncias correspondentes aos municípios termos vinculados, observada a sistemática acima descrita.

5.4. Os deslocamentos estimados consideram, em regra, atividades realizadas na área urbana do município sede da zona eleitoral e em municípios termos, incluindo:

- locais de votação;
- diretórios partidários, escritórios profissionais, endereços de candidatos e eleitores;
- Órgãos da Justiça Eleitoral, Ministério Público, Defensoria Pública, fórum da justiça comum, polícia federal, procuradoria da fazenda, postos de atendimento da justiça eleitoral.

5.5. Para as zonas eleitorais que possuem veículos próprios, estima-se um uso excepcional do serviço contratado. Assim, a quilometragem estimada para essas zonas, embora equivalente às demais em termos de referência básica, já é considerada reduzida por ocorrer predominantemente em municípios maiores, onde a demanda é concentrada e o uso de veículos próprios supre boa parte das necessidades.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O valor estimado para a contratação de serviços de intermediação de transporte terrestre por aplicativo, para atender as Zonas Eleitorais do interior do Pará, é de R\$ **4.023.043,20** (Quatro milhões, vinte e três mil, quarenta e três reais e vinte centavos.), para o período de vigência de 5 anos, com base na pesquisa de preços, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA		VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL TOTAL
				Anual	5 anos		
1	Intermediação e agenciamento de transporte terrestre de pessoas e materiais, por meio de aplicativo	24198	Km rodado	175.296	876.480	R\$ 4,59	R\$ 804.608,64
VALOR GLOBAL (5 ANOS)							R\$ 4.023.043,20

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Opta-se pelo não parcelamento da solução, uma vez que os serviços a serem prestados não serão executados por empresas com ramos de atividades distintos e sindicatos diversos.

7.2. Um contrato único pode proporcionar economias significativas de escala, considerando o elevado número de zonas eleitorais e serem abrangidas pela contratação, resultando em custos unitários mais baixos devido ao maior volume de serviços contratados.

7.3. Além disso, o parcelamento da solução causaria uma inviabilidade técnica pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual, tendo em vista a existência de vários contratos para os serviços terceirizados para gerenciamento.

7.4. Os serviços serão prestados por um único fornecedor e a justificativa para sua indivisibilidade ampara-se no seguinte:

7.4.1. A simples adoção do parcelamento do objeto em 2 (dois) ou mais itens não garantirá que o fornecimento do serviço de transporte será prestado por mais de um fornecedor, visto que não se encontra justificativa para impedir os licitantes de concorrerem em mais de 1 (um) item;

7.4.2. Possibilidade de prejuízo a padronização das soluções tecnológicas dos fornecedores, dificultando e onerando sobremaneira o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão e operação dos serviços;

7.4.3. Possibilidade de ocorrência de preços diferentes para um mesmo serviço contratado pelo Tribunal;

7.4.4. Possibilidade de perda da economia de escala, em razão da não redução do preço do serviço em virtude da divisão da demanda em itens.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. A contratação está alinhada ao objetivo estratégico: GDC - Desenvolver a justiça itinerante no âmbito do TRE; e FSPE - Aprimorar o processo de gestão das Eleições Oficiais; cujo foco reside na promoção da eficácia dos serviços públicos, garantindo o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, ao mesmo tempo em que busca otimizar a utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

9.2. O objeto da contratação está previsto inicialmente no Plano de Contratações Anual 2026.

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o Item 14 - Aquisições e Contratações, cujo objetivo é "ampliar a quantidade de compras sustentáveis no TRE-PA" em 50% em relação às contratações sustentáveis realizadas por este tribunal no ano de 2022. Ademais, estão descritos no item 2.11 deste ETP os critérios de sustentabilidade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. A equipe de planejamento pretende alcançar benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

10.2. Resultados pretendidos

- **Economicidade:**

- Redução dos custos com a contratação e treinamento de funcionários;
- Redução dos custos com a aquisição e manutenção de equipamentos e insumos;
- Redução dos custos com a gestão dos serviços.
- Redução de custos operacionais em comparação com a aquisição de frota própria.
- Melhoria na logística e no deslocamento de pessoal e materiais eleitorais

- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

- Liberação de recursos humanos para outras atividades mais especializadas, críticas e complexas;
- Diminuição do consumo de recursos materiais;
- Melhora da eficiência dos processos.
- Flexibilidade e rapidez no atendimento das demandas de transporte

- **Melhoria na logística e no deslocamento de pessoal e materiais eleitorais.**

- **Redução de custos operacionais em comparação com a aquisição de frota própria.**

- Flexibilidade e rapidez no atendimento das demandas de transporte.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Por ser serviço de transporte via aplicativo, não há necessidade de instalação de infraestrutura física nas Zonas Eleitorais.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não se vislumbra a necessidade de nenhuma adequação ou medida mitigadora nos ambientes onde serão instalados os postos de serviço, devendo ocorrer somente o recolhimento/substituição dos materiais, equipamentos e acessórios utilizados no posto de serviço pelos trabalhadores.

12.2. Recomenda-se, contudo, que os veículos a serem utilizados na execução dos serviços obedeçam as disposições contidas nos critérios de sustentabilidade descritos neste ETP.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Modalidade da contratação

(x) Pregão Eletrônico Tradicional

() Pregão Eletrônico - SRP

() Adesão a Ata de Registro de Preços

() IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Diálogo competitivo

13.2. Considerações sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação.

13.2.1 Orçamento não será sigiloso, será divulgado no momento da publicação do edital de licitação.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DA COSTA RIBEIRO, Coordenador**, em 07/04/2026, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2976165** e o código CRC **C955D41F**.

0005164-03.2023.6.14.8000

2976165v7